



COMPREENDER AS
POLÍTICAS DA
UNIÃO EUROPEIA

Para um futuro
sustentável
e gerador de
emprego

«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento

«O contributo da Europa deve ser um importante passo para uma União da estabilidade e do crescimento ainda mais forte e estreita»

Durão Barroso, presidente da
Comissão Europeia, junho de 2012

COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios políticos, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos. Outros títulos disponíveis para descarregamento em linha:

http://europa.eu/pol/index_pt.htm

Como funciona a União Europeia
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento ✕
Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática
Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
A União Económica e Monetária e o euro
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cultura e audiovisual
Desenvolvimento e cooperação
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, cidadania e direitos fundamentais
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Pescas e assuntos marítimos
Política externa e de segurança comum
Política regional
Saúde pública
Segurança dos alimentos
Transportes

ÍNDICE

Por que necessitamos da estratégia de crescimento «Europa 2020» Reformas para reforçar a competitividade.....	3
Como a União Europeia aborda a questão Coordenação e apoio financeiro	6
O que faz a União Europeia Iniciativas específicas	9
Perspetivas Criação de emprego e crescimento inclusivo	12
Mais informação	12

Compreender as políticas da União Europeia «Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito concluído em dezembro de 2012

Fotografia da capa: © Phovoir

2012 — 12 p. — 21 x 29,7 cm
ISBN 978-92-79-23986-1
doi:10.2775/40835

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2013

© União Europeia, 2013

Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser utilizadas ou reproduzidas mediante a autorização prévia dos detentores dos direitos de autor.

Por que necessitamos da estratégia de crescimento «Europa 2020»

Reformas para reforçar a competitividade

Tal como a maioria das restantes regiões do mundo, a Europa está a passar por um período de transição. A crise económica mundial deitou por terra anos de progresso económico e social e pôs a descoberto fragilidades estruturais da economia europeia. Simultaneamente, continua a intensificar-se o impacto de desafios a longo prazo como a globalização, a pressão a que estão sujeitos os recursos naturais e o envelhecimento da população. Para se adaptar a esta realidade em mudança, a Europa não pode limitar-se a manter o *status quo*.

As deficiências estruturais da economia europeia reveladas pela crise só podem ser corrigidas através de reformas estruturais, isto é, reformas baseadas em esforços nacionais, mas sustentadas pelo mercado único, pela política comercial comum e por outras políticas da União Europeia. Para manter o seu modelo de economia social de mercado não obstante o difícil contexto atual, a Europa também necessita de ser mais competitiva.

A fim de fazer face a estas questões, a União Europeia e os seus Estados-Membros lançaram, em 2010, uma estratégia de crescimento sustentável para a próxima década: a estratégia «Europa 2020». Esta estratégia aborda quer os desafios a curto prazo associados à crise quer a necessidade de reformas estruturais, recorrendo a medidas destinadas a promover o crescimento e a preparar a economia europeia para o futuro.

As políticas europeias têm como objetivo garantir em 2020 uma taxa de emprego de 75% da população ativa.



© Corbis

Objetivos e iniciativas emblemáticas

A União Europeia definiu cinco objetivos ambiciosos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia, que deverão ser alcançados até 2020. Esses objetivos são os seguintes:

- 1) assegurar uma taxa de emprego de 75% para as pessoas dos 20 aos 64 anos;
- 2) investir 3% do produto interno bruto (PIB) da União Europeia em investigação e desenvolvimento;
- 3) reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou mesmo em 30%) em comparação com os níveis registados em 1990, satisfazer 20% das nossas necessidades energéticas a partir de fontes de energia renováveis e aumentar em 20% a eficiência energética;
- 4) reduzir para menos de 10% as taxas de abandono escolar e assegurar que, pelo menos, 40% das pessoas entre os 30 e os 34 anos terminam estudos superiores;
- 5) reduzir em 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

Cada país da União Europeia adotou os seus próprios objetivos nacionais em cada uma destas áreas. Além disso, os responsáveis europeus decidiram levar a cabo uma série de ações concretas tanto a nível nacional como da União Europeia.

Definiram também os domínios de intervenção mais importantes para impulsionar o crescimento e o emprego, que serão objeto de sete «iniciativas emblemáticas»:

- «União da inovação»: o seu objetivo é melhorar as condições de financiamento e o acesso a este último para a investigação e a inovação, a fim de assegurar que as ideias inovadoras podem dar origem a produtos e serviços geradores de crescimento e de postos de trabalho.
- «Juventude em movimento»: aspira a melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, nomeadamente através de programas de estudo, aprendizagem e formação financiados pela União Europeia, assim como de plataformas destinadas a ajudar os jovens a encontrar emprego na União.

- «Uma agenda digital para a Europa»: tem por objetivo acelerar a difusão da Internet alta velocidade e das tecnologias da informação e comunicação.
- «Uma Europa eficiente em termos de recursos»: visa dissociar o crescimento económico da utilização de recursos, promovendo a eficiência energética e apoiando a transição para uma economia com baixas emissões de carbono, a crescente utilização de fontes de energia renováveis, o desenvolvimento de tecnologias ecológicas e a modernização do setor dos transportes.
- «Uma política industrial para a era da globalização»: destina-se a melhorar o enquadramento empresarial, nomeadamente das pequenas e médias empresas (PME), facilitando o acesso ao crédito e reduzindo os trâmites burocráticos, entre outras medidas. Também apoia o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, capaz de inovar e de ser competitiva a nível mundial.
- «Agenda para novas competências e empregos»: para modernizar os mercados de trabalho, ajudar as pessoas a desenvolverem as suas capacidades e melhorar a flexibilidade e a segurança do ambiente de trabalho. Tem também como objetivo facilitar a procura de trabalho em toda a União Europeia, a fim de assegurar uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra.
- «Plataforma europeia contra a pobreza»: destina-se a garantir a coesão social e territorial, ajudando as pessoas pobres e socialmente excluídas a ter acesso ao mercado de trabalho e a tornar-se membros ativos da sociedade.

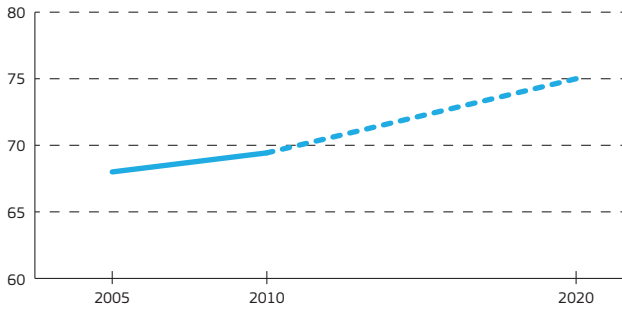
Muitas das políticas e atividades da União Europeia estão a ser utilizadas para apoiar a estratégia «Europa 2020». É o caso, por exemplo, do mercado único, do orçamento da União (estrategicamente utilizado para apoiar os domínios prioritários da estratégia «Europa 2020») e da política comercial da União Europeia (que, ao promover o reforço das relações comerciais, pode facilitar o acesso das empresas europeias aos contratos públicos e aos programas de investigação de países terceiros).



Objetivo: Internet de alta velocidade disponível em toda a Europa.

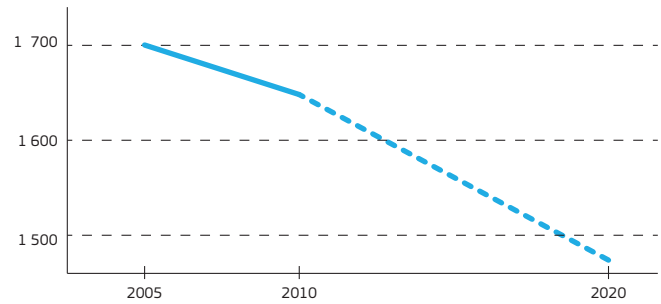
Objetivos da Europa para 2020

AUMENTAR A TAXA DE EMPREGO PARA 75%



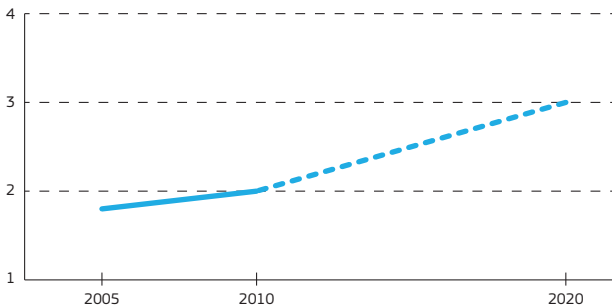
Percentagem das pessoas com emprego entre os 20 e os 64 anos

AUMENTAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM 20%

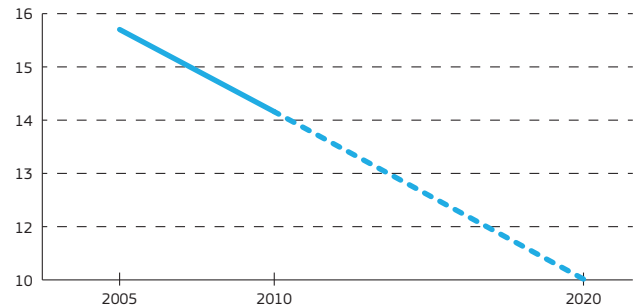


Consumo de energia primária em milhões de toneladas equivalentes de petróleo

INVESTIR 3% DO PIB EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

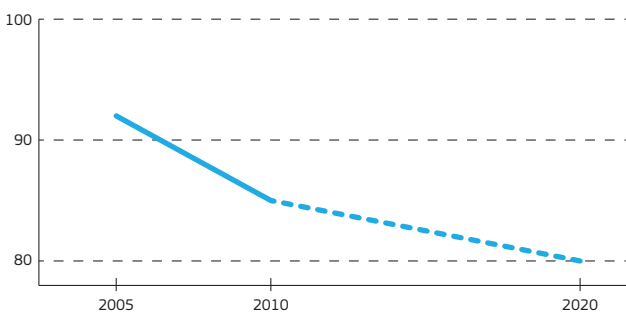


REDUZIR O ABANDONO ESCOLAR PARA MENOS DE 10%



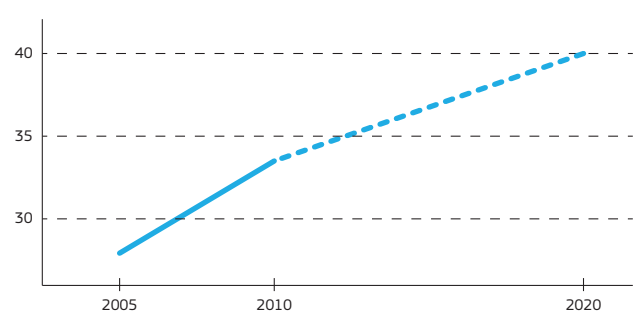
Percentagem de jovens entre os 18 e os 34 anos que concluíram, no melhor dos casos, o primeiro ciclo do ensino secundário e que não frequentam nenhum tipo de ensino ou formação

REDUZIR OS GASES COM EFEITO DE ESTUFA EM 20% EM COMPARAÇÃO COM OS NÍVEIS REGISTRADOS EM 1990



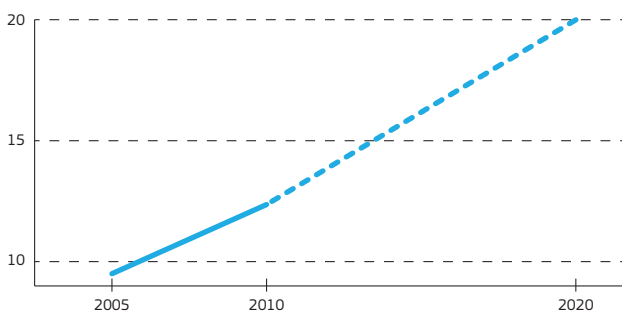
Nível de emissões em 1990 = 100

GARANTIR QUE, PELO MENOS, 40% DAS PESSOAS ENTRE OS 30 E OS 34 ANOS FREQUENTARAM O ENSINO SUPERIOR



Percentagem das pessoas entre os 30 e os 34 anos que concluíram estudos universitários completos ou equivalentes

AUMENTO PARA 20% DA QUOTA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS ATÉ 2020



Quota das energias renováveis no consumo final bruto de energia.

Todos os gráficos mostram números correspondentes aos 27 países da União Europeia em 2005 e 2010, assim como os objetivos para 2020 acordados no âmbito da estratégia «Europa 2020». O objetivo de reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social não se mede da mesma forma que os restantes objetivos, devido à falta de estatísticas comparáveis. Calcula-se que 115 milhões de cidadãos da União Europeia se encontravam nesta categoria em 2010.

Fonte: Comissão Europeia.

Como a União Europeia aborda a questão

Coordenação e apoio financeiro

A crise tem demonstrado até que ponto as nossas economias são interdependentes. Uma bolha imobiliária num país pode ter um impacto nos países vizinhos e, em última análise, em toda a União. A crescente interdependência económica requer uma resposta devidamente coordenada, que inclua os parceiros sociais e a sociedade civil. Se agirmos em conjunto, podemos sair fortalecidos da crise. Num mundo globalizado, nenhum país pode resolver eficazmente os problemas agindo de forma isolada. Isto é particularmente verdade no caso da Europa, onde é mais eficaz fazer face aos desafios a nível da União Europeia.

O principal objetivo que tem presidido aos trabalhos da Comissão Europeia desde o início da crise é promover o regresso das economias europeias ao crescimento e à competitividade. Para o efeito, é necessário dotar as finanças públicas de bases mais sólidas e assegurar que o setor financeiro seja mais estável e responsável e esteja ao serviço da economia real. Além disso, é necessário reforçar a disciplina e a governação económicas, devendo os Estados-Membros prosseguir com os seus esforços para realizar reformas estruturais fundamentais que impulsionem a competitividade. O êxito desta abordagem depende da aplicação simultânea de todos os seus elementos.

Maior coordenação das políticas económicas nacionais

O Semestre Europeu é a altura do ano em que os Estados-Membros coordenam as suas políticas económicas e trabalham na aplicação da estratégia «Europa 2020». O Semestre Europeu assegura que os países da União Europeia revelem as políticas macroeconómicas, estruturais e de emprego que projetam aplicar, com o objetivo de tirar ensinamentos e detetar eventuais problemas com antecedência.

A finalidade do Semestre Europeu é reforçar a coordenação entre as políticas económicas dos Estados-Membros enquanto ainda se encontram numa fase de preparação, a fim de detetar eventuais incoerências e desequilíbrios. Trata-se de um exercício de análise sistemático e exaustivo da economia europeia.

Cada ano, a Comissão dá início ao exercício com a apresentação ao Parlamento Europeu e ao Conselho de um relatório intitulado «Análise anual do crescimento», que constitui a base do debate entre os dirigentes europeus (os chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia), que se reúnem em março por ocasião do Conselho Europeu da primavera para definirem orientações gerais para a estratégia «Europa 2020».

Com base nessas orientações, cada Estado-Membro deve elaborar dois programas: um programa nacional de reforma e um programa de estabilidade ou de convergência. O primeiro analisa os progressos realizados tendo em conta os valores de referência da estratégia «Europa 2020» e as medidas que terão de ser tomadas no ano seguinte para corrigir as deficiências que subsistem. O segundo centra-se nos planos orçamentais plurianuais do país. Ambos os documentos são enviados à Comissão Europeia para avaliação em abril.

Tendo em conta esta avaliação e em função das prioridades definidas na análise anual do crescimento, a Comissão emite recomendações específicas para cada país, que são depois aprovadas pelo Conselho Europeu em junho. As recomendações dizem respeito a um vasto leque de questões, incluindo o estado das finanças públicas, a capacidade do setor bancário para sustentar a economia, a reforma do sistema de pensões, os desafios em matéria de crescimento e de competitividade e as medidas destinadas a fomentar a criação de emprego e as oportunidades de formação.

Para elaborar os programas nacionais de reforma e os programas de estabilidade ou de convergência, os Estados-Membros baseiam-se, entre outros, em consultas com as partes interessadas nacionais. A Comissão Europeia formula as suas recomendações específicas para cada país da União Europeia individualmente. Trata-se de recomendações concretas, centradas nos objetivos que os países devem atingir nos 12 a 18 meses seguintes, que são elaboradas com base na análise dos programas comunicados pelos países da União e em contributos resultantes de reuniões bilaterais entre especialistas da Comissão e dos países da União Europeia.

Evitar o défice e reforçar a disciplina orçamental

A crise financeira revelou uma série de problemas a nível da governação da união económica e monetária pela União Europeia. O elemento essencial da resposta da União é um novo conjunto de normas sobre o reforço da governação económica que entrou em vigor em 2011, às quais se juntam algumas regras complementares aplicáveis aos países da zona euro.

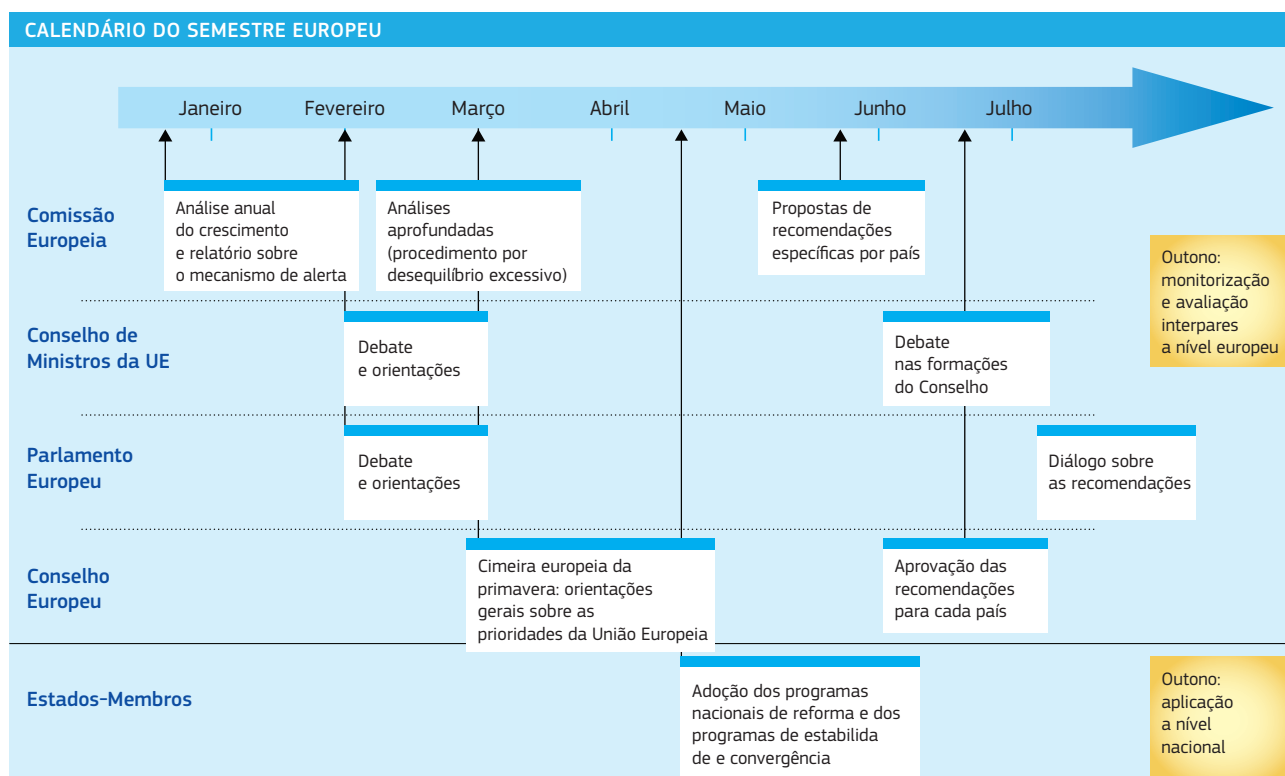
Estas regras mais estritas incluem sanções para os Estados-Membros que não respeitem o compromisso assumido de consolidarem os seus orçamentos. No caso de um défice excessivo, os países da zona euro serão objeto de sanções financeiras aplicadas de forma gradual, que podem chegar a atingir 0,5% do PIB.

Além disso, 25 Estados-Membros da União Europeia (17 países da zona euro e outros oito países) chegaram a acordo quanto a um novo tratado intergovernamental, conhecido como o «Pacto Orçamental», cujo objetivo é aumentar a disciplina e a convergência em matéria orçamental. Esta iniciativa constitui um claro sinal político de que os países da zona euro tomarão as medidas que forem necessárias para apoiar o euro.

Vigiar os desequilíbrios macroeconómicos

Dentro deste novo conjunto de regras, foi criado um mecanismo de vigilância e execução para identificar e corrigir as lacunas graves em matéria de competitividade, denominado procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos (PDM). Este instrumento, cujo objetivo é detetar mais rapidamente os eventuais desequilíbrios económicos dos Estados-Membros, permite acompanhar de perto as economias nacionais e alertar as instituições da União Europeia para problemas que possam surgir.

O PDM utiliza um painel de avaliação que regista as alterações em 11 indicadores económicos, entre os quais as partes de mercado, os custos da mão-de-obra, a dívida do setor privado e os preços da habitação. Quando são detetados desequilíbrios (por exemplo, discrepâncias entre os aumentos salariais e os aumentos da produtividade ou o aumento em flecha dos preços da habitação), são formuladas recomendações para o Estado-Membro em questão. Além disso, pode ser necessário traçar um roteiro com metas concretas para «reequilibrar» a economia. Por último, se o país da zona euro em causa não adotar medidas corretoras, pode ser objeto de sanções financeiras.



Estabilidade financeira

A crise fez com que fosse abalada a confiança na zona euro, suscitando uma resposta enérgica. Foram, assim, reforçadas as defesas e a capacidade de intervenção para ajudar os países da zona euro em dificuldades. O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), dotado de 700 000 milhões de euros, passará a dispor de mais capital do que qualquer outra organização financeira do mundo e poderá conceder empréstimos até 500 000 milhões de euros. Em setembro de 2012, começou a funcionar o MEE, que substituiu dois mecanismos anteriores: o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF).

A liquidez e a capacidade de concessão de empréstimo dos bancos foram rapidamente reforçadas. Paralelamente, procedeu-se a um reforço significativo da regulamentação e supervisão do setor financeiro da União Europeia para evitar que ocorram problemas similares no futuro.

Crescimento e criação de emprego

Todas as medidas mencionadas anteriormente têm como finalidade última criar um ambiente propício ao crescimento e à criação de emprego na União Europeia, já que esta é a única forma de continuar a financiar o nosso modo de vida. Desde o início da crise, a Comissão tem insistido repetidas vezes na adoção de medidas que fomentem o crescimento e que constituem o núcleo da estratégia «Europa 2020». Mas, esse crescimento deve assentar em bases sólidas, pelo que a Comissão promove um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

O Conselho Europeu aprovou um pacto para o crescimento e o emprego, tendo em vista injetar mais capital na economia europeia através do aumento da capacidade de concessão de empréstimos pelo Banco Europeu de Investimento e desenvolver o mercado único europeu.

Até 2010, 20% da energia da Europa deverá proceder de fontes de energia renováveis.



Financiamento da estratégia «Europa 2020»

Todas as ações da União são financiadas através do seu orçamento, mais centrado do que nunca no crescimento económico. É o caso da proposta de orçamento plurianual da União Europeia para 2014-2020. Em especial, os fundos estruturais da União, que são utilizados nos Estados-Membros, são utilizados para proceder a reformas e impulsionar a criação de emprego.

O orçamento da União Europeia está orientado para o investimento em todos os Estados-Membros para vencer desafios comuns, tais como fomentar o crescimento, criar postos de trabalho em toda a Europa e reforçar a sua influência no mundo. A finalidade do orçamento da União Europeia não é financiar as necessidades que já são cobertas pelos orçamentos nacionais, mas concentrar-se nos aspetos onde o financiamento europeu confere um valor acrescentado real. Ou seja, financia o que não seria financiado ou o que seria mais oneroso financiar a partir dos orçamentos nacionais.

Uma ampla participação

O Parlamento Europeu desempenha um importante papel, nomeadamente no que respeita à mobilização dos parlamentos nacionais para que estes colaborem. Com as novas regras sobre o reforço da governação económica, o Parlamento Europeu pode estabelecer um diálogo neste domínio com o Conselho e a Comissão. Tal significa, essencialmente, que o Parlamento pode examinar as propostas e decisões de ambas as instituições, o que torna o processo mais transparente e obriga o Conselho e a Comissão a prestar contas das suas iniciativas.

A estratégia «Europa 2020» deve contar com a participação de todos os setores da sociedade e envolver as empresas, os sindicatos, as ONG e os próprios cidadãos. Para o efeito, o Comité Económico e Social Europeu criou o Comité Diretor para a Estratégia «Europa 2020», dotado de amplas redes de organizações da sociedade civil em toda a Europa. Na mesma linha, o Comité das Regiões lançou a Plataforma de Acompanhamento da Estratégia «Europa 2020» aberta à participação das autoridades regionais e locais. Ambos os comités emitem pareceres que contribuem para o debate no Conselho Europeu da primavera. É de realçar que grande parte da estratégia é executada a nível local e regional nos países membros da União Europeia, graças à participação das autoridades regionais e locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil.

O que faz a União Europeia

Iniciativas específicas

A prossecução dos objetivos da estratégia «Europa 2020» pode reforçar o potencial de crescimento dos países da União Europeia. A finalidade desses objetivos é gerar uma dinâmica em que cada Estado-Membro faça tudo o que puder para avançar em domínios essenciais.

A Europa obtém melhores resultados quando se trabalha em conjunto, como o atesta uma série de ações comuns bem-sucedidas. A *Airbus*, por exemplo, que foi criada nos anos 1970 por quatro países europeus, conta atualmente com mais de 50 000 trabalhadores e é um dos principais fabricantes de aeronaves do mundo.

O grau de precisão do Galileo, o sistema de navegação por satélite europeu que deverá entrar em funcionamento em 2019 quando todos os satélites necessários estiverem em órbita, é superior ao do sistema norte-americano GPS e ao do sistema russo Glonass.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) ajudou recentemente a financiar os maiores parques eólicos do mundo (Thanet e Walney, no Reino Unido), que têm capacidade para gerar mais de 600 MW e cobrir as necessidades de eletricidade de cerca de 500 000 fogos, aumentando assim o potencial das energias renováveis da União Europeia.

Estes e outros projetos só foram possíveis graças a uma estreita cooperação a nível europeu em todos os setores. Ao abrigo das iniciativas emblemáticas da estratégia «Europa 2020», muitos outros projetos deste tipo podem tornar-se realidade.

Primeiros resultados das iniciativas emblemáticas

As iniciativas emblemáticas da estratégia «Europa 2020» já começaram a ser implementadas, tendo inclusivamente algumas das principais ações das iniciativas sido concluídas. Globalmente, os resultados alcançados são satisfatórios. Seguidamente, são dados alguns exemplos.

A estratégia «Europa 2020» para os jovens

Todos os anos, seis milhões de jovens europeus abandonam a escola sem terminar os estudos, tendo concluído, no melhor dos casos, o primeiro ciclo do ensino secundário. Este fenómeno, que afeta 14% dos jovens de idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, contribui para a existência de níveis elevados de desemprego juvenil.

É por este motivo que a Comissão Europeia se esforça por aumentar o número de licenciados, melhorar a qualidade do ensino e maximizar a contribuição do ensino superior para ajudar a economia europeia a sair mais forte da crise. A sua estratégia identifica os domínios prioritários em que os países da União Europeia precisam de desenvolver mais esforços para atingir os objetivos comuns em matéria de educação e define o modo como a União pode apoiar as políticas nacionais de modernização. As iniciativas a nível da União Europeia incluirão uma classificação das universidades, que permitirá aos estudantes informar-se melhor sobre os cursos mais adequados.

O programa de intercâmbio de estudantes Erasmus cofinanciou milhões de intercâmbios desde o seu lançamento em 1987. A Comissão propôs um novo programa («Erasmus para todos») que permitirá que até cinco milhões de pessoas beneficiem de apoio da União Europeia para estudar, receber formação ou fazer voluntariado no estrangeiro no período de 2014-2020, o que representa quase o dobro dos beneficiários atuais. Além disso, existirá ainda um sistema de garantias para empréstimos no âmbito do «mestrado Erasmus» para estudantes que frequentem um ciclo de estudos de mestrado completo noutro país da União Europeia.

Foram também lançadas diversas iniciativas específicas destinadas a estabelecer uma correspondência entre os jovens e as ofertas de emprego, assim como campanhas de informação com o objetivo de facilitar os contactos entre os jovens e as pequenas e médias empresas (PME), a fim de incentivar a procura de jovens por parte destas últimas. Além disso, a Comissão propôs que os Estados-Membros e a União Europeia utilizassem o Fundo Social Europeu (FSE) para lutar de forma mais eficaz contra o desemprego dos jovens, nomeadamente apoiando a transição da escola para o mundo do trabalho e a mobilidade dos jovens no mercado de trabalho.

Estudar ou trabalhar noutros países da UE é positivo para a economia.



Na prática: «O teu primeiro emprego EURES»

O programa «O teu primeiro emprego EURES» tem como objetivo ajudar os jovens a encontrar emprego em toda a União Europeia.

O programa, que conta com o apoio dos serviços nacionais de emprego (informações, procura de emprego, recrutamento, financiamento), destina-se não só aos jovens que estão à procura de emprego, mas também às empresas interessadas em recrutar pessoal de outros países da União Europeia. As intervenções, centradas na procura de postos de trabalho, podem incluir o financiamento das despesas de deslocação para uma entrevista de emprego ou de mudança para o estrangeiro para aí começar a trabalhar. Por outro lado, os empregadores recebem apoio à contratação. As PME podem, além disso, obter apoio financeiro para cobrir parte dos custos relacionados com a formação e instalação dos trabalhadores recentemente recrutados.

A estratégia «Europa 2020» e a luta contra a pobreza e a exclusão social

Com mais de 80 milhões de pessoas na União Europeia em risco de pobreza, entre as quais 20 milhões de crianças e 8% da população ativa, a Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social definiu medidas para ajudar a atingir a meta que a União Europeia se propôs de reduzir, até 2020, em, pelo menos, 20 milhões, as pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Embora a luta contra a pobreza e a exclusão social seja sobretudo da responsabilidade das administrações nacionais, a União Europeia pode desempenhar um papel de coordenação mediante a identificação de boas práticas, a promoção da aprendizagem recíproca, a definição de regras a nível da União e da disponibilização de financiamento. Para o efeito, será necessário melhorar o acesso ao trabalho, à segurança social, à educação e a serviços essenciais como os cuidados de saúde e a habitação. Outras ações essenciais incluem: melhorar a utilização de fundos da União Europeia para apoiar a inclusão social e a luta contra a discriminação, inovação em matéria social tendo em vista encontrar novas soluções «inteligentes» e novas parcerias entre os setores público e privado.

A estratégia «Europa 2020» e a inovação

A iniciativa emblemática «União da inovação» destina-se a estabelecer melhores ligações entre a investigação e a inovação e a criação de emprego, o que é fundamental se

a Europa pretende recuperar rapidamente da atual crise económica. Cada euro aplicado em investigação na União Europeia produz um aumento do valor acrescentado na indústria que se situa entre 7 e 14 euros. Caso a meta da aplicação de 3% do PIB da União Europeia em investigação e desenvolvimento se concretizar até 2020, tal poderia criar 3,7 milhões de postos de trabalho e aumentar o PIB anual em cerca de 800 000 milhões de euros até 2025.

A Comissão lançou uma plataforma para apoiar as regiões e os Estados-Membros a definirem melhor as suas estratégias de investigação e inovação. Como não existe uma solução política de modelo único, a referida plataforma ajudará as regiões a avaliarem os seus pontos fortes e as suas lacunas específicas em matéria de investigação e inovação, bem como a tirarem partido das suas vantagens competitivas.

Em 2012, foi decidido criar uma patente europeia, graças à qual as empresas e os inventores poderão poupar até 80% dos custos de uma patente. Os interessados poderão, assim, obter uma patente única europeia em vez de terem de solicitar uma patente nacional em cada país da UE. Esta medida será aplicável a 25 países da União Europeia, que concordaram com a proposta, ao abrigo do procedimento de cooperação reforçada. Anteriormente, a proteção de patente tinha de ser solicitada separadamente em cada país, podendo custar até 36 000 euros. Na sequência do acordo sobre a patente, estes custos poderão ascender apenas a 680 euros a longo prazo.

A Comissão Europeia e o Grupo do Banco Europeu de Investimento lançaram um novo mecanismo de garantia para PME inovadoras para as ajudar a obter financiamento junto dos bancos. Prevê-se que consiga desbloquear mais 6 000 milhões de euros de empréstimos até ao final de 2013, nomeadamente até 1 200 milhões de euros para as PME e até 300 milhões de euros para infraestruturas de investigação.

O financiamento da UE melhora as condições para investigar e inovar.



Na prática: Soluções inovadoras

Em 2012, foi lançado um projeto-piloto no domínio do envelhecimento ativo e saudável, que constituirá o ponto de partida de uma série de parcerias de inovação europeias. Estas parcerias têm por objetivo mobilizar os agentes do setor da inovação em torno de um objetivo global (neste caso, o envelhecimento saudável) a fim de acelerar a obtenção de soluções inovadoras para os desafios da sociedade. Já foram lançadas outras parcerias deste tipo em domínios como a utilização eficiente da água ou as cidades inteligentes.

Na prática: Uma Internet mais segura

Outro objetivo da iniciativa da Agenda Digital para a Europa é tornar a Internet mais segura para as crianças. As principais empresas tecnológicas e de meios de comunicação congregaram esforços para garantir uma Internet segura.

Uma Europa digital

A Agenda Digital aborda aspetos vitais da economia moderna como o acesso à Internet de alta velocidade e a conteúdos digitais, cibersegurança, serviços administrativos eletrónicos mais eficientes e novos serviços de saúde que facilitam a vida dos cidadãos. Tem também por objetivo garantir que todos dispõem das competências necessárias para beneficiar da revolução tecnológica. O *Future Internet Public-Private Partnership (FI-PPP)* é um programa de investigação e inovação para impulsionar a competitividade da Europa em futuras tecnologias Internet e sistemas de apoio a serviços e aplicações inteligentes. Este programa de parceria ajudará também as empresas e os governos a desenvolverem novas soluções Internet, baseadas em dados em linha complexos, para tornar as infraestruturas e processos empresariais mais inteligentes.

Os cuidados de saúde na Europa podem tornar-se mais eficazes com métodos de trabalho digitais, que permitem, por exemplo, que os doentes tenham acesso aos seus próprios dados e comunicar com os médicos à distância.



Apoiar uma utilização eficiente dos recursos

A iniciativa emblemática da estratégia «Europa 2020» para uma Europa com recursos eficientes salienta a necessidade e a urgência de uma transição significativa para uma utilização eficiente dos recursos naturais por parte dos consumidores e dos produtores em todas as áreas relevantes, como a energia, os transportes, o clima, o ambiente, a agricultura, as pescas e a política regional.

A Comissão Europeia apresentou uma proposta que tem por objetivo rever as normas obsoletas que regem a tributação da energia na União Europeia. Através das novas normas, a Comissão pretende reestruturar o modo de tributação dos produtos energéticos de forma a corrigir os atuais desequilíbrios e a poder considerar tanto as suas emissões de CO₂ como o seu valor energético. As novas regras destinam-se igualmente a promover a eficiência energética e o consumo de produtos mais respeitadores do ambiente, bem como evitar distorções de concorrência no mercado único.

Política industrial

A adoção de normas comuns para a indústria é essencial para a competitividade da Europa, além de que permitirá reduzir custos e trará vantagens para empresas e consumidores. Com o fim de atingir esse objetivo, a Comissão propôs uma série de medidas legislativas e não legislativas para a elaboração mais rápida de normas.

Perspetivas

Criação de emprego e crescimento inclusivo

«Não basta criar estabilidade financeira: podemos e devemos fazer mais para voltarmos a assegurar o crescimento. O crescimento é a chave, o crescimento é a resposta. A questão que nos devemos colocar é como promover o crescimento. E a verdade é que estou convicto de que é importante lembrar as pessoas de que temos uma estratégia para o crescimento: é a estratégia 'Europa 2020'»
(presidente Durão Barroso, abril de 2012).

O Conselho e a Comissão acompanham a execução da estratégia «Europa 2020» no âmbito do Semestre Europeu. Para o efeito, supervisionam a situação macroeconómica, os progressos realizados relativamente aos cinco objetivos e às sete iniciativas emblemáticas. Cada ano, na análise anual do crescimento, a Comissão assinala os desafios mais prementes para a União Europeia e as reformas necessárias para lhes fazer face.

Foram já envidados esforços consideráveis em toda a União Europeia e estão em curso reformas em vários países. Todavia, embora se tenha avançado consideravelmente em termos de consolidação orçamental, registam-se atrasos noutras reformas necessárias para impulsionar o crescimento em áreas como a reforma fiscal, a reforma do sistema de pensões, a reforma do mercado de trabalho e a liberalização do setor dos serviços e do setor da venda a retalho.

A plena aplicação da estratégia «Europa 2010» conduzirá-nos a uma Europa mais bem equipada para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Uma Europa que combine a criação de emprego e a inclusão social e onde os cidadãos possam adquirir as capacidades de que necessitam para prosperar. Uma Europa capaz de aproveitar as oportunidades surgidas a nível mundial.

Mais informações

- ▶ **Sítio Internet da Comissão Europeia com todas as informações sobre a estratégia «Europa 2020»:**
http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm
- ▶ **Perguntas sobre a União Europeia?**
O serviço **Europe Direct** pode ajudá-lo. 00 800 6 7 8 9 10
<http://europedirect.europa.eu>

